FRONTEIRA CAPITALISTA, CAMPESINATO E TRABALHO – APONTAMENTOS NA AMAZÔNIA

Fabiano de Oliveira Bringel[1]

Resumo

O presente artigo parte do esforço de construir uma abordagem pelo *trabalho* de entendimento da dinâmica geográfica da *fronteira* amazônica. Focando o campesinato da região, busca-se observar como o sistema do capital desqualifica e requalifica o trabalho camponês impondo um novo sistema societal. No entanto, este mesmo camponês estabelece estratégias de (re) existência a esse processo como o *esgaçamento* de seu trabalho, exatamente para fazer frente à proletarização. Tais estratégias trazem para a *sociedade de fronteira* novas formas e novos conteúdos. Essas novas estratégias só podem ser desveladas a partir de uma mudança epistêmica de entendimento sobre a Amazônia.
Palavras-chave: Fronteira amazônica. Campesinato. Trabalho. Amazônia.

Abstract

This article brings approach based on the *peasantry labor* to interpret the geographical dynamics of the *Amazon frontier*. Focusing on the regional peasantry the article observes how the capital system disqualifies and reclassifies the peasant labor by imposing a new societal system. However, peasants establish strategies of resistance and existence to confront this process of proletarianisation , such as the *potentiation* of their labor. These new strategies bring new forms and new content to the Amazon frontier society, and can only be uncovered from an espistemic shift in understanding about the Amazon.
Key-words: Amazon frontier. Peasantry. Labor and Amazon.

1 Professor Assistente da Universidade Estadual do Pará - Uepa e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco-Ufpe. Correio eletrônico: fabiano.bringel@ufpe.br

Apresentação

Este ensaio é o resultado de uma reflexão no interior da disciplina Geografia do Trabalho, ministrada pelos professores Antonio Thomaz Jr. e Jorge Ramón Montenegro Gómez no interior do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, desenvolvida ao longo dos dias 19 a 23 de março de 2012. Três dias destinados aos elementos teóricos e dois dias aplicados no trabalho de campo (Cooperativa Agroindustrial Batavo; Acampamento Emiliano Zapata (MST); Assentamento Contestado/Escola Latino Americana de Agroecologia (Via Campesina) e Comunidade Faxinal Campestre dos Paulas.

Para a nossa experiência, a partir de um contexto de pesquisa na Amazônia paraense, a apresentação do debate, relacionado à Geografia do Trabalho, foi um elemento novo. Elemento este que provocou uma série de reflexões sobre o avanço da fronteira capitalista, através de seus agentes que viabilizam o sistema societal do capital no interior do espaço amazônico, especialmente nas suas frentes mínero-metalúrgicas que transformam rapidamente modos de vida historicamente territorializados e modificam a paisagem na região. Provocados por isso e instigados pela pesquisa no doutoramento no PPGEO/UFPE[2], construímos o ensaio buscando a apropriação das categorias estruturantes da Geografia do Trabalho, justamente para um melhor entendimento das diversas faces territorializantes do campesinato diante do avanço dessas frentes mineradoras.

A partir de nossa ambientação com a abordagem do estudo, alguns questionamentos e tensões foram levantados os quais, consequentemente, foram incorporados em nosso esforço de pesquisa e de ação no cenário amazônico. Dentre eles, destacamos: a) como as transformações nas relações entre capital e trabalho provocaram mudanças na forma e no conteúdo da fronteira agrária na Amazônia paraense?; b) a partir das mudanças da fronteira agrária que instrumentos se incorporaram e serviram para refinar o processo de resistência do campesinato no interior de seus movimentos sociais?; c) como esses movimentos sociais estão se territorializando frente a essa nova escalada dos agentes do agro-hidronegócio na disputa por recursos na fronteira capitalista?

Levando em consideração os questionamentos acima e os debates realizados em sala de aula, construímos nosso ensaio em três momentos. Num primeiro, apresentamos o debate central que consiste em entender como as

2 Orientado pelo prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

mudanças estruturais no sistema do capital alteram as estratégias de apropriação e expropriação dos recursos na fronteira capitalista, alterando não só o seu conteúdo mais também a sua forma. Posteriormente, discutimos como se rebate essas estratégias no processo de territorialização do campesinato e, por fim, concluímos possíveis refinamentos da resistência desses camponeses no *front*(eira).

Introduzindo o debate

A mudança no paradigma industrial, como parte de uma mudança técnica no sistema capitalista em nível mundial[3], faz com que as orientações do vetor de "desenvolvimento" econômico na região amazônica se modifiquem. Passa-se de uma matriz extrativista puramente vegetal para uma matriz extrativista mineral, com base na metalurgia e siderurgia (Loureiro, 1992). É neste contexto que se territorializam os chamados "grandes projetos na região[4]. É neste quadro, também, que se fundamenta a máxima geopolítica para a Amazônia: *"integrar para não entregar"* garantindo, assim, a expansão do modelo de produção especificamente capitalista, através do deslocamento das frentes agrícolas e demográficas no interior da *fronteira* (Hébette, 2002; Martins, 1997; Oliveira, 1994).

É nesta fricção espaçotemporal entre o modelo de produção capitalista e os modelos de produção não capitalistas na Amazônia que se forja o que Mészáros (2002) chama de *metabolismo do sistema do capital*. Tal metabolismo configura-se ora como relações de cooperação entre os agentes, ora se traduz em conflito social (Martins, 1997). Este é exatamente o componente perverso da fronteira capitalista porque, justamente, resulta num processo chamado de (des)realização do trabalho (Thomaz Jr.., 2001; Antunes, 1994), na (des-re)organização do modo não capitalista de produção, materializado nas chamadas *comunidades tradicionais* de um campesinato que, ao se reinventar, se apresenta com características de uma multiplicidade sociocultural diferente daquela apresentada na literatura clássica sobre o camponês, forjada no interior do continente europeu. No seu aspecto *étnico* (como indígenas e quilombolas) ou mesmo das *águas* (como ribeirinhos e pescadores artesanais) e que mantém

3 Passagem da segunda para a terceira revolução industrial, marcada fundamentalmente pelas crises do petróleo na década de 1970 e na reestruturação nas relações entre capital e trabalho.

4 Entre os quais se destacam as UHEs de Tucuruí, Cachoeira Porteira, Samuel Cândido e Balbina. A Alumar no Maranhão e Albrás-Alunorte no Pará, além do Projeto Ferro Carajás – PFC e Projeto Trombetas também no estado do Pará.

posições sociais, espaciais e temporais distintas, porém, articuladas, no interior da fronteira. Essa (des)realização do trabalho resulta num homônimo categórico ou mesmo na consequência lógica, a *desterritorialização* de tal sociedade camponesa ou de um modo de vida camponês[5].

Assim, o objetivo central deste ensaio consiste em entender como o metabolismo do capital, a partir da mudança na sua base técnica – sobretudo na sua nova divisão internacional do trabalho (DIT) redimensiona e reconceitualiza a chamada *sociedade de fronteira* (Becker, 1982) e impõe novos desafios para um *novo campesinato* (Hébette *et al.*, 2002) em formação na Amazônia. Os instrumentos utilizados para tal empreitada procuram uma base teórico-metodológica na chamada *geografia do trabalho*. Abordagem esta que procura centrar sua análise no protagonismo da classe trabalhadora e no esforço investigativo de base interdisciplinar para que possamos, como avalia Thomaz Jr. (2001), avançar na "leitura" geográfica do real,

> O trabalho é um tema permanente da Geografia, sob a forma de duplo nível articulado de existência, o metabolismo homem-meio e a regulação sociedade/espaço, nos cabe refletir os limites analíticos e explicativos de um corpo científico que se propõe apreender a dialética existente entre a dinâmica geográfica do fenômeno do trabalho e o fenômeno geográfico como dinâmica do trabalho, diante das transformações territoriais em marcha, da intensa fluidez da paisagem geográfica (...) (Thomaz Jr., 2001 p. 128).

Assim, o entendimento da citação acima é que o trabalho é produto e produtor da dinâmica geográfica. No tópico a seguir, então, faremos uma leitura da dinâmica espacial da fronteira levando em consideração como o sistema do capital impõe novas perspectivas ao mundo do trabalho na fronteira.

O sistema do capital e sua fronteira na/da Amazônia

No final do século XIX, o historiador estadunidense Frederick Jackson Turner observando o Oeste dos EUA apresentou a sua *frontier thesis.* Turner queria aliviar as tensões sociais na sociedade branca provocadas pela necessidade de terra, trabalho, alimentação, combustível, com a "ocupação" dessas "regiões" onde o branco ainda não tinha tocado.

5 Baseada na posse da terra (ou na sua busca), no trabalho agrícola, na mão de obra essencialmente familiar, nas relações familiares primárias e num estilo de vida que valoriza a relação mais direta com a natureza.

Hoje, no Brasil, percebemos que essa categoria de análise dividiu-se em pelo menos dois eixos de análise que divergem: o primeiro compreende que sua principal característica é a situação de conflito social (Hébette, 2004; Martins; 1997; Velho, 1976; Ianni, 1978) e o segundo avalia que existem diferentes etapas no processo que vai desde a formação até a consolidação da fronteira (Foweraker, 1982; Reboratti, 1989; Diniz, 2002). A primeira concepção compreende a *sociedade de fronteira* como um lugar onde se estabeleceria o diálogo com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades (Martins, 1997), que força a um ajuste, a um acordo e resulta em uma nova identidade.

A segunda concepção compreende a *sociedade de fronteira* em etapas, sustentando que os processos na fronteira apresentam uma sequência regular, cujo mecanismo de desenvolvimento determina ciclos que se repetem em cada caso. Parte da tese de que a regularidade de cada ciclo pode ser estabelecida, e que quaisquer variações podem explicar-se em cada caso pela variação relativa das relações entre os fatores constitutivos da fronteira agrária, não se tratando de um processo aleatório (Reboratti, 1989).

Independente da polêmica entre os dois eixos, o fato é que no início do século XXI, a *frontier thesis* parece estar mais viva do que nunca na Amazônia. As mudanças no regime de acumulação capitalista que se apresenta com a Crise de 1929 e ganha seu auge em 1973 com a Crise do Petróleo, reserva para Amazônia um lugar de destaque no processo de *mudialização* do capital. O resultado da articulação entre o modelo de industrialização, o regime de acumulação e o modo de regulação reservam para o espaço amazônico um *status* de *fronteira*. Entendida como um espaço de acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada de capital (Martins, 1997), essa fronteira capitalista se converte, do ponto de vista econômico, num lugar de encontro e, ao mesmo tempo, de desencontro, entre o *modo de produção não capitalista*, no sentido que reflete Chayanov (1981) e um *modo produção especificamente capitalista*. Essa fricção *entre modelos* vem substituindo, como analisa Mészáros (2009), o valor de uso pelo valor de troca, objetivando uma produção generalizada de mercadorias, através da transformação de formas precedentes de intercâmbio produtivo entre os

> (...) seres humanos e com a natureza [pois] eram, em seu conjunto, orientadas pela produção para o *uso*, com um amplo grau de *autossuficiência* como determinação

> sistemática. Isso lhes impôs uma grande vulnerabilidade frente aos flagrantemente diferentes princípios de reprodução do capital, já operativos, mesmo que inicialmente em uma escala muito pequena, nas fronteiras dos antigos sistemas. Pois nenhum dos elementos constitutivos do sistema orgânico do capital que se manifestava dinamicamente necessitou alguma vez ou foi capaz de confinar a si próprio às restrições estruturais da autossuficiência. O capital, como um sistema de controle do metabolismo social pôde emergir e triunfar sobre seus antecedentes históricos abandonando todas as considerações às necessidades humanas como ligadas às limitações dos "valores de uso" não quantificáveis, sobrepondo a estes últimos – como o pré-requisito absoluto de sua legitimação para tornarem-se objetivos de produção aceitáveis – o imperativo fetichizado do "valor de troca" quantificável e sempre expansível. É desta maneira que surgiu a forma historicamente específica do sistema capitalista, sua versão capitalista burguesa. Ela teve de adotar o irresistível modo *econômico* de extração de sobretrabalho, como mais-valia estritamente quantificável (...) (Mészáros, 2009, p. 8-9).

No caso amazônico, o capital através de seus agentes, combina contraditoriamente, relações de produção que são marcadas pelos "valores de troca quantificáveis e sempre expansíveis" com "valores de uso não quantificáveis" para retirar o "sobretrabalho" e com isso continuar acumulando, de forma não capitalista, em áreas onde até então não se pode levar relações que são especificamente capitalistas como o trabalho assalariado (Oliveira, 1994). É no interior desta análise que constatamos a permanência e a pertinência do trabalho escravo ou da agricultura camponesa em coexistência com formas tecnicamente modernas de produção, em pleno século XXI.

A consequência lógica na dimensão sociocultural do território é a constituição de um lugar onde se estabelece um diálogo constante com a alteridade. Um lugar do encontro dos que, por razões várias, são diferentes entre si. Neste sentido, o conflito faz com que a fronteira seja, essencialmente e a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. O que dá a dimensão deste processo é justamente o desencontro de temporalidades, que força a um ajuste, um acordo, e resulta em uma nova identidade. É nesta perspectiva que não podemos pensar o sujeito camponês da mesma forma que no continente europeu. Um exemplo para ilustrar tal perspectiva é que uma das características da sociedade camponesa, segundo Mendras (1978) é a lógica patriarcal na produção. Em nossas constatações empíricas, em várias comunidades tradicionais, a figura feminina é quem controla a produção, inclusive usando o relógio, objeto marcadamente mais usado pelas mulheres do que pelos homens. Com isso, não estamos querendo dizer que tais sociedades não sejam machistas, mas que elas têm na figura feminina um elemento central no processo produtivo.

Alguns desafios para territorialização do campesinato no interior da fronteira capitalista

A partir da interpretação de Castoriadis (1982) sobre as instituições, podemos inferir que a desterritorilização do trabalho camponês na Amazônia passa pela institucionalização da *gestão do território* pelo Estado e os agentes do capital. Falamos isso, a partir de constatação empírica da existência de *territórios instituíntes* que nada, ou quase nada, sofrem de interferência das instituições que estão no marco da *construção burguesa*, portanto, no interior do regime de acumulação e que são chanceladas pelo Estado. Esse processo de fricção espaçotemporal entre estes *territórios instituíntes* e as frentes de expansão capitalista na fronteira pode ser interpretado como um fenômeno que desqualifica as sociedades tradicionais, transformando seus espaços em *territórios instituídos* e, por isso, estabelecendo a figura dos *mediadores* que, vimos muitas vezes, se converterem no que chama Neves (2001) de "tuteladores exploradores" ao avaliar o fenômeno da *mediação*.

A partir da dimensão social do território, elencaremos três casos que exemplificam a substituição do que chamamos de *instituínte* pelo *instituído*. Sobre a saúde, entre os camponeses existe a figura das curandeiras (os) que são responsáveis pelo cuidar cotidiano da saúde nessas comunidades. Quando a malha técnico-programa do Estado (Becker, 2007) se apodera e exerce seu sobrecontrole hegemônico no território, a figura dos médicos e enfermeiros aparecem e desqualificam tais sujeitos. Em nome de uma abordagem alopática desautorizam o saber popular e os usos das ervas medicinais, pelo conhecimento científico e sua manipulação de produtos da indústria farmacêutica. A desclassificação (Bourdieu, 2008) é operada, também, na dimensão espiritual já que seus líderes são marginalizados ou mesmo expulsos das comunidades, sendo substituídos, paulatinamente, pelas Igrejas "oficiais" geralmente católicas ou evangélicas. Por fim, no que se refere aos sistemas de produção, o fenômeno não é diferente. O saber camponês da roça de corte e queima, da pesca artesanal, ou da coleta, respeitando os ciclos ou épocas da floresta são desautorizados e reificados. No seu "lugar" se apresentam as figuras do técnico ou agrônomo pertencentes aos órgãos de extensão rural que impõem seus "pacotes" exógenos e que, geralmente, resultam em destruição de seus sistemas laborais e dos sistemas da natureza.

Como todo processo de desterritorialização é acompanhado pela reterritorialização (Haesbaert, 2010), os camponeses elaboram ou refinam seus

instrumentos de resistência contra alienação e o estranhamento de seu trabalho (Raniere, 2001) como foi exemplificado acima. Os estudiosos que compreendem a centralidade do trabalho na contemporaneidade precisam se debruçar sobre as diversas estratégias imprimidas pelos camponeses na região Amazônia. Uma dessas estratégias pode estar no que Thomaz Jr. (2006) chama de *esgaçamento*. Esse esgaçamento pode ser entendido no sentido horizontal, através da migração e/ou da mobilidade intra ou inter Amazônia, ou mesmo, nos deslocamentos cidade-campo. E no sentido vertical, entendido aqui como um deslocamento intergerencional, seja no mesmo setor econômico da agricultura ou transitando pelo secundário e terciário da economia capitalista. Isto não quer dizer, necessariamente, um caminho à proletarização, mais sim, estratégias que passam pela recomposição de seu tecido social.

Para não concluir – elementos para começarmos a entender a (re)existência camponesa no *front*

As diversas origens, os constantes processos de deslocamento e as diferentes ocupações são características marcantes do trabalho camponês na Amazônia. Nossa hipótese aqui é que essas características em vez de serem entendidas como um caminho à *proletarização*, podem ser analisadas como um refinamento de sua resistência exatamente à proletarização. Tais características provocam um sentimento de *estranhamento* entre outros sujeitos na fronteira, entre os quais, destacamos: a comunidade científica, os representantes do agrohidronegócio e os órgãos da mídia local. O resultado desse estranhamento é vermos e ouvirmos atribuições preconceituosas e qualificações degradantes por parte desses sujeitos.

Associado a isso existe, também, aquele sentimento de (in)diferença na relação que se estabelece entre o campo e a cidade. Pela divisão do trabalho, este sentimento é vinculado à dimensão econômica da sociedade e, por isso, ganha uma especificidade que é a (des)qualificação ligada a determinada ocupação (no caso da Amazônia a de garimpeiro[6], por exemplo). A intensa mobilidade

6 O garimpo, no estudo de Magalhães (2002), está associado à categoria aventura para os pais de família camponesa, pois "somente em momentos considerados de extrema gravidade econômica são aceitas as aventuras dos pais de família (...). A aventura legitimada se dá apenas em relação à atividade, especialmente àquela que não implica o deslocamento espacial definitivo, como o garimpo, por exemplo, em que o local de morada é preservado. Como já foi dito, ao garimpo o camponês não se dedica, se aventura. No garimpo também não se para, passa-se um verão" (Magalhães, 2002, p. 269).

do trabalho (Gaudemar, J., 1977; Hébette, 2004) se não for causadora, contribui decisivamente para isso.

As diversas formas de mobilidade, de contramobilidade e de imobilidade a que o trabalhador é submetido ou utiliza como estratégia de reprodução é um dos elementos importantes para compreendermos a *classe* no sentido de Thompson (2000), ou seja, a partir de seu conteúdo histórico e não como uma categoria estática, resumida a números e facilmente quantificáveis. Esse é o desafio para continuarmos com a pesquisa. Esse é o desdobramento necessário para este ensaio. E com isso superarmos um pensamento que exige sempre um perfil rígido de profissão quando o indivíduo que nasceu ou que passou pela cidade decide (re)tornar ao campo. Para as pessoas de origem camponesa que sofreram o êxodo, de migrações no sentido rural-urbano, este perfil é flexibilizado. Essa exigência é nenhuma ou pequena para que o camponês ou camponesa trabalhe como encanador, ajudante de pedreiro ou camelô na cidade. Thomaz Jr. (2000) ao refletir sobre essa problemática, pondera da seguinte maneira

> O mesmo se passa quando estamos diante de estudos, discursos, documentos e posicionamentos, que têm como ponto de referência o campesinato, pois o campo fica restrito a essa forma específica da realidade social, resguardando às formas assalariadas uma segunda ordem de importância. Ou ainda, sintonizadas a menor destaque caso se expressem no urbano, numa clara e inequívoca tomada de posição em favor do campo. Essa primazia equivocada também se expressa para aqueles que se dedicam unilateralmente ao operariado urbano, ou às formas de trabalho assalariado e autônomo nos centros urbanos (Thomaz Jr., 2000, p. 139).

Assim, os camponeses são esvaziados de seu conteúdo de *classe* e submetidos a uma lógica do trabalho estranhado, justamente por aqueles que se pretendem e que se julgam *mediadores* dessa categoria, dentre eles a própria academia. É por isso que, para se entender as diversas morfologias do trabalho camponês, é preciso ter claro os limites da teoria. Limites esses clarificados pela dicotomização entre o homem e a natureza, pela leitura linear sobre a territorialização do capital, pela pertinência de categorias como desenvolvimento e/ou progresso forjadas no interior do continente europeu e que pouco ou nada servem para entender as diversas sociedades do campo latino-americano, pela analise estratificada e estanque nas relações que se estabelecem entre campo e cidade. É por essas e outras razões que se impõe uma tarefa árdua para geografia do trabalho. Uma tarefa que os pesquisadores afinados com tal construção paradigmática não podem se omitir: a construção de uma filosofia a partir dos "de baixo", um olhar a partir do continente latino-americano, uma compreensão "cabloquinha" de mundo!

Referências

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

BECKER, Bertha. *Geopolítica da Amazônia* – a nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. *Amazônia – geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BOURDIEU, P. *A Distinção* – crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAYANOV, Alexander. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas, *in:* GRAZIANO DA SILVA, J. & STOLCKE, V. *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

DINIZ, Alexandre M. Migração e Evolução da Fronteira Agrícola. *Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, realizado em Ouro Preto, 2002.

FOWERAKER, Joe. *A Luta pela Terra*: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 315p.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

HAESBAERT, R. *O Mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira*: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, v. 4, Belém: Edufpa, 2004.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCKY, M. C. (orgs.). *No mar, no rio e na fronteira*: faces do campesinato no Pará. Belém: Edufpa, 2002.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra*: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 158 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia*: estado, homem, natureza. Belém: Cejup, 1992.

MAGALHÃES, Sonia Maria Barbosa. Tempo e Trajetórias: reflexões representações Camponesas, *in*: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sonia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (orgs.) *No mar, nos rios e na fronteira*: faces do campesinato no Pará.; prefácio de Maria Conceição D'Incao. Belém: Edufpa, 2002.

MARTINS, J. *Fronteira* – a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Para além do capital* – rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional, *in: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, Belém, 2001, v. 1, p. 43-44.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de Produção Capitalista e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1994.

RANIERE, J. *A câmara escura*. Alienação e estranhamento em Marx, São Paulo: Boitempo editorial, 2001, p. 7-8.

REBORATTI, Carlos E. *Fronteras Agrarias en America Latina*. Mimeo. Artigo. 1989.

THOMAZ Jr, A. *Se Camponês, se Operário!* Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. Mimeo. 2006.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da "leitura" geográfica, *in*: *Revista Pegada* – CEGET, v. 3, Outubro 2003. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA31/thomazv3n1out2002.pdf. Acesso: 24 mar. 2012.

THOMPSON, E. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência", *in*: *Revista Marxismo revolucionário atual*. 2000. Disponível em http://www.mra.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=20&Itemid=0. Acesso em: 15 abr. 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato* – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1976.